



CAPÍTULO 3

Emília no País da Gramática: a moderna gramática de Monteiro Lobato¹

*Ivete Monteiro de Azevedo*²

*Lídia Maria Nazaré Alves*³

*Maxwell de Sousa Amorim*⁴

1 Artigo desenvolvido no âmbito das aulas de Língua portuguesa e de Literatura brasileira, na UEMG, unidade Carangola, orientado pelas professoras Ivete Monteiro de Azevedo e Lídia Maria Alves Nazaré e realizado sem financiamentos.

2 Doutora em Estudos da Linguagem na Universidade Federal Fluminense. (UFF – Niterói/RJ). Vice-diretora, professora e coordenadora do curso de Letras da UEMG, unidade Carangola, entre 2014 e 2019. E-mail: ivete.azevedo@uemg.br.

3 Doutora em Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF – Niterói/RJ). Professora do curso de Letras da UEMG, unidade Carangola, entre 2014 e 2019. E-mail: lidia.alves@uemg.br.

4 Graduado em Letras pela UEMG, unidade Carangola, em 2018. Técnico em Segurança do Trabalho na CEMIG em Uberaba/MG. E-mail: maxwellamorim@hotmail.com.

Introdução

Este estudo foi desenvolvido em torno do tema “ensino de língua e literatura”. O objetivo foi visibilizar a literatura como um espaço de representações distintas, por exemplo, as limitações da gramática tradicional para dar conta da multiplicidade discursiva brasileira. Num processo de metalinguagem, o escritor brasileiro Monteiro Lobato tematiza essa limitação e aponta possíveis formas de administrar a questão em diferentes obras, principalmente, *Emília no País da Gramática*, de 1934. As sugestões do autor vêm sendo trabalhadas a partir da linguística e se voltam para as particularidades da língua que não aparecem na gramática tradicional normativa.

A justificativa desta pesquisa perpassa, tanto para estudantes de Letras quanto para professores do curso, os diferentes discursos utilizados no cotidiano que são ponto de partida e de chegada dos estudos da língua. No âmbito dos estudos literários, este estudo se justifica pelo fato de que a literatura é um espaço lúdico, no qual a aprendizagem do português acontece de forma mais prazerosa. A relevância social deste trabalho diz respeito ao domínio da língua, um importante fator de unidade nacional e de libertação do indivíduo, a partir do seu campo de atuação.

A moderna gramática de Monteiro Lobato

Todo artista tem uma intenção na elaboração de suas obras, não se escreve por acaso. Há os que objetarão, apelando para as possibilidades de interpretações diversas que toda manifestação artística tem, é verdade, mas estamos certos de que existe um fio de Ariadne, uma coluna vertebral, um motivador comum que conduz toda criação, e que pode ser encontrado e justificado dentro da própria obra. A partir disso, apresentamos como o livro *Emília no País da Gramática* (1994

[1934]) caracteriza as dificuldades da gramática tradicional em lidar com fenômenos da língua, bem como aponta questões atinentes à linguística – ciência que na época da publicação original era considerada nova.

Dessa forma, pode-se constatar o cunho pedagógico da obra de Monteiro Lobato e sua visão aguçada para assuntos referentes ao português brasileiro. Ele põe em discussão temas da gramática tradicional e suas limitações e acena para o modo como podem ser administradas, sempre em coerência com a língua. Ao propor uma maneira diferente de lidar com essas questões, o autor pauta uma ruptura com a gramática tradicional normativa, que já ecoava nos primeiros decênios do século XX no Brasil, a partir da Semana de Arte Moderna (1922), que foi motivada, não só, pelas vanguardas europeias.

As vanguardas europeias trazem à mente pinturas expressionistas que fugiam à limitação formal do objeto representado. Porém, essa fuga também se manifesta na literatura e na busca de uma letra que rompa com os fortes limites do significado. Marshall Berman (1986, p. 30), ao citar Daniel Bell, em seu livro *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*, diz que “o movimento moderno subverte a unidade da cultura”.

O trabalho foi desenvolvido com abordagem qualitativa, em uma análise do livro *Emília no País da Gramática* de Monteiro Lobato, publicado pela primeira vez em 1934. O estudo bibliográfico é baseado em Bagno (2006), Bechara (2006), Candido (1989), Miranda (2006), Perini (1997), Saussure (2006), Berman (1986) e Brait (2000).

Com o intuito de verificar a popularidade de Emília, propusemos, em uma escola particular de Manhuaçu em Minas Gerais, uma brincadeira para identificação das características físicas e psicológicas de diferentes personagens. Entre as personagens elencadas – por exemplo, Iracema, Aurélia, Peri, Isaura, Capitu, Gabriela –, a mais conhecida

foi a boneca. Esse resultado nos faz engrossar a fileira dos que a consideram uma das melhores personagens da literatura brasileira.

Certamente, a bonequinha é manipulada pelo autor, todavia, a certa altura da criação do artista, ela ganha vida própria. Conforme dizia em correspondência de 1940, “Emília é infernal”, ressaltava Lobato, “não posso mais com ela. Enquanto estou batendo o teclado, ela posta-se ao lado da máquina, e quem diz que eu digo o que desejo?” (LOBATO, 1994). Ele a chama de “Independência ou morte”, o que nos faz crer que ela seja o *alter ego* do autor. Em *Poço do Visconde* (1938), ele se permite “brincadeiras” curiosas em seu livro, camuflado pela irreverência da Emília. Como o seguinte diálogo:

— É besteira! — gritou a boneca.

Dona Benta advertiu-a.

— Emília, as professoras e os pedagogos vivem condenando esse seu modo de falar, que tanto estraga os livros de Lobato. Já por vezes tenho pedido a você que seja mais educada na linguagem.

— Dona Benta, a senhora me perdoa, mas quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita. Nasci torta, sou uma besteira da natureza — ou dessa negra beijuda que me fez. E, portanto, ou falo como quero ou calo-me. Isso de falar como as professoras mandam, que fique para Narizinho (LOBATO, 1938, p. 63).

A bonequinha Emília é um artifício construído por Monteiro Lobato para dizer e fazer o que ele queria. Trata-se de uma personagem menos humana e esse “menos” faz toda a diferença, pois é nele que estão manifestadas as ideias audaciosas lobateanas, o porvir (linguística?) por assim dizer. As outras crianças, mais humanas, deviam seguir o culturalmente estabelecido. O autor é taxativo ao afirmar: “[...]”

Emília é válvula de escape, nasce como nasce todo o sonho” (BRAIT, 2000, p. 11).

Voltemos a *Emília no País da Gramática*: logo no início do primeiro capítulo, “Uma ideia da senhora Emília”, há uma leve crítica ao modo como a gramática é ensinada nas escolas. É destacada a rigidez de uma didática despreocupada em tornar o estudo prazeroso e, ao mesmo tempo, interessante, em razão da importância dada à nomenclatura e ao ato de decorar, como pode ser visto na seguinte passagem:

Pedrinho fez bico, mas afinal cedeu; e todos os dias vinha sentar-se diante de Dona Benta, de pernas cruzadas como um oriental, para ouvir explicações de gramática.

— Ah, assim, sim! — dizia ele. — Se meu professor ensinasse como a senhora, a tal gramática até virava brincadeira. Mas o homem obriga a gente a decorar uma porção de definições que ninguém entende. Ditongos, fonemas, gerúndios (LOBATO, 1994, p. 7).

Mas os senhores gramáticos são uns sujeitos amigos de nomenclaturas rebarbativas, dessas que deixam as crianças velhas antes do tempo. Por isso dividem as palavras em OXÍTONAS, PAROXÍTONAS e PROPÁROXÍTONAS, conforme trazem o Acento Tônico na última Sílabá, na penúltima ou na antepenúltima.

— Nossa Senhora! Que “luxo asiático”! — exclamou Emília.
— Bastava dizer que o tal acento cai na última, na penúltima ou na antepenúltima. Dava na mesma e não enchia a cabeça da gente de tantos nomes feios (LOBATO, 1994, p. 11).

Notamos que o mesmo é observado por Bechara (2006), em seu livro *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?*: “[...] Os nossos professores, em grande parte, embora muito conhecedores da matéria que ensinam, não têm o necessário preparo pedagógico para saber o que

deve ensinar às crianças e o que deve ser reservado para o cérebro [...]” (BECHARA, 2006, p. 36). Assim como Miranda (2006, p. 10), que, em *A reflexão metalinguística no Ensino Fundamental*, manifesta-se dizendo: “[...] É preciso também distinguir entre o que um profissional precisa saber sobre sua área científica e aquilo que se constitui como um saber a ser trabalhado com o aluno”.

No segundo capítulo, “Portugália”, o autor demonstra sua visão de que a língua é viva e que passa pelos mesmos processos da evolução da humanidade, ou seja, se transforma e modifica seguindo princípios semelhantes, conforme apresentado no seguinte trecho:

Essas coitadas são bananeiras que já deram cacho – explicou Quindim. – Ninguém as usa mais, salvo por fantasia e de longe em longe. Estão morrendo. Os gramáticos classificam essas palavras de ARCAÍSMOS. [...] as palavras nascem, crescem e morrem, como tudo mais. [...]

– Essas que aí vêm são o oposto dos Arcaísmos – disse Quindim. – São os NEOLOGISMOS, isto é, palavras novíssimas, recém-saídas da fôrma.

– Em matéria de palavras a muita mocidade é tão defeito como a muita velhice. O Neologismo tem de envelhecer um bocado antes que receba autorização para residir no centro da cidade. Estes cá andam em prova [...] e se os homens virem que eles prestam bons serviços, então igualam-se a todas as outras palavras da língua. [...]

– Que molecada é esta? – perguntou a menina.

– São palavras da Gíria, criadas e empregadas por malandros ou gatunos, ou então por homens dum mesmo ofício. A especialidade delas é que só os malandros ou tais homens dum mesmo ofício as entendem. Para o resto do povo nada significam (LOBATO, 1994, p. 12-13).

Essa passagem nos mostra como a língua é dinâmica e tem a capacidade de acompanhar as mudanças da sociedade, ou como nas palavras da boneca Emília, “[...] tudo na vida muda, por que as palavras não haveriam de mudar?” (LOBATO, 1994, p. 62).

No final desse capítulo (p. 11-14) e início do seguinte, “Gente importante e gente pobre” (p. 14-17), Lobato nos dá uma breve aula sobre a formação do português brasileiro e alerta para um fato que muitas vezes não é percebido pela própria população: nossa língua não é o português de Portugal (PP) e sim o português brasileiro (PB) ou língua brasileira.

— Mesmo assim — explicou o rinoceronte — muitas palavras estrangeiras vão entrando e com o correr do tempo acabam “naturalizando-se”. Para isso, basta que mudem a roupa com que vieram de fora e sigam os figurinos desta cidade. Bouquet, por exemplo, se trocar essa sua roupinha francesa e vestir um terno feito aqui, pode andar livremente pela cidade. Basta que vire Buquê. . . [...] — A parte de lá — explicou o rinoceronte — é o bairro antigo, onde só existiam palavras portuguesas. Com o andar do tempo essas palavras foram atravessando o mar e deram origem ao bairro de cá, onde se misturaram com as palavras indígenas locais. Desse modo formou-se o grande bairro de Brasilina (Brasil) (LOBATO, 1994, p. 14-15).

No capítulo IV, o autor cita uma questão relacionada ao uso de afixos para formar ou flexionar palavras.

— Isto é o que os gramáticos chamam GRAU — mudança nas palavras para dar ideia do tamanho das coisas — explicou o rinoceronte. — Há o Grau AUMENTATIVO, para aumentar, e o Grau DIMINUTIVO, para diminuir.

O tecido do texto na interface entre o ensino, a pesquisa e a extensão

— Sim — insistiu ela. — Botar um Ao no fim duma palavra é latir, porque latido de cachorro é assim — ão, ão, ao! E botar um Inho, ou um Zinho no fim das palavras é choramingar como criança nova. Panela, por exemplo; se late, vira Panelão e se choraminga, vira “Panelinha. . .

— Muito bem, senhorita! — exclamou ele. — Está certo. Mas nem sempre é assim. Aquelas duas palavras que vêm vindo para o nosso lado estão aumentadas — e aumentaram sem latir. Vinha vindo a palavra Cabeçorra, de braço dado à palavra Copázio.

— São aumentativos de Cabeça e Copo — explicou Quindim.

— Cabeça — Cabeçorra; Copo — Copázio. [...] E para diminuírem, além do chorinho que Emília descobriu, como é que fazem?

O rinoceronte explicou:

— Além do Inho e Zinho que Emília já disse, elas diminuem com ito. . .

— Mosca, Mosquito — lembrou logo Pedrinho.

— E também com Ete, Eto, Oto, Ico...

— Quantos jeitos! — exclamou Emília. — Isso é que aborrece na língua. Em vez de haver um jeito só para cada coisa, há muitos. Tal abundância e jeitos só serve para dar trabalho à gente (LOBATO, 1994, p. 19-20).

E, como diz Antonio Candido em *Literatura de Dois Gumes*, a literatura brasileira bate e assopra, é ambígua (CANDIDO, 1989, p. 163-180). Assim, Lobato coloca na fala do rinoceronte Quindim o argumento que, de certa forma, a gramática tradicional tem seu lugar.

— Dá um pouco de trabalho, sim — disse o rinoceronte —, mas em compensação traz muitas vantagens. Se Pedrinho virar algum dia escritor de histórias, há de ver que esta variedade ajuda grandemente o estilo, permitindo

a composição de frases mais bonitas e musicais (LOBATO, 1994, p. 20).

Miranda também faz sua defesa em favor da gramática.

[...] é um bem indiscutível, uma necessidade para qualquer comunidade linguística complexa, que abrange uma massa de centenas de milhões de pessoas que falam a língua com pronúncias muito diferentes umas das outras (MIRANDA, 2006, p. 71).

No capítulo VIII, “No acampamento dos verbos”, o autor observa a posição dos gramáticos em relação à língua.

Os gramáticos mexem e remexem com as palavras da língua e estudam o comportamento delas, xingam nas de nomes rebarbativos, mas não podem alterá-las. Quem altera as palavras, e as faz e desfaz, e esquece umas e inventa novas, é o dono da língua — o Povo. Os gramáticos, apesar de toda a sua importância, não passam dos “grilos” da língua (LOBATO, 1994, p. 26).

Mesma observação que faz Perini (1997), em seu livro *Princípio de Linguística Descritiva*: “[...] Tal como um professor de biologia nunca determina como deve ser a natureza, o professor de gramática terá de deixar de lado a pretensão de determinar como deve ser língua” (PERINI, 1997, p. 56). E Miranda, no seu trabalho *A reflexão Metalinguística no Ensino Fundamental*: “[...] O que ocorre, de fato, é que nem os linguistas, nem os guardiões da língua, tem o poder de estancar o inevitável fenômeno da variação linguística” (MIRANDA, 2006, p. 29).

Nos capítulos X, “A tribo dos Advérbios”, e XVII, “O Susto da Velha”, Monteiro Lobato aponta como as palavras podem mudar de classe conforme a necessidade e a intenção da comunicação. Por meio de um diálogo entre Emília e Sr. Ser, nos mostra como a semântica e a contextualização definem classe:

— Os Adjetivos — disse Ser — gostam às vezes de figurar de Advérbio, mesmo sem uso do rabinho [sufixo]. Você, por exemplo, pode dizer: Eu grito alto, em vez de dizer: Eu grito altamente. O Adjetivo Alto faz aí o papel de Advérbio (LOBATO, 1994, p. 32).

— Do mesmo modo, muitos Adjetivos viram Substantivos, sem nenhuma mudança de forma — continuou a velha. — Brilhante, por exemplo, é um Adjetivo Qualificativo da coisa que brilha, mas se se refere ao diamante lapidado, vira Substantivo. O mesmo se dá com certos Pronomes, como o Pronome Tudo, que vira Substantivo na frase: O tudo é vencer. Também há pessoas de Verbo que viram Substantivos. Venda, que é a primeira e a terceira Pessoa do Presente do Modo Subjuntivo do Verbo Vender, vira o Substantivo Venda, com significação de ato de vender ou casa onde se vendem coisas (LOBATO, 1994, p. 41-42).

Situação também observada por Perini (1997, p. 46): “Como se vê, o que temos em mãos não são duas classes de palavras nitidamente diferentes, mas uma classe que possui potencialidades expressivas variadas [...] no momento em que é necessário”.

No capítulo XV, “Uma nova interjeição”, o autor comenta sobre a questão de certo e errado na gramática tradicional:

— Boneca, minha cara, é o feminino de Boneco, palavra que veio do holandês Manneken, homenzinho. Houve mudança do M para B — duas letras que o povo inculto

costuma confundir. A palavra Manneken entrou em Portugal transformada em Banneken, ou Bonneken, e foi sendo desfigurada pelo povo até chegar à sua forma de hoje, Boneco. Dessa mesma palavra holandesa nasceu para o português uma outra —Manequim.

— Mas então o povo, isto é, os ignorantes ou incultos, influi assim na língua? — disse Pedrinho.

— Os incultos influíram e ainda influem muitíssimo na língua. — respondeu à velha. — Os incultos formam a grande maioria, e as mudanças que a maioria faz na língua acabam ficando.

— Engraçado! Está aí uma coisa que nunca imaginei. . .

— Por fim há tanta gente a cometer o mesmo erro que o erro vira Uso e, portanto, deixa de ser erro. O que nós hoje chamamos certo, já foi erro em outros tempos. Assim é a vida, meus caros meninos (LOBATO, 1994, p. 37).

E mais adiante nos mostra a origem “errada” do nosso português:

— No começo, as terras em redor dessa cidade haviam sido ocupadas pelos soldados romanos, que só falavam latim. Esses soldados moravam em acampamento (ou Castra, como se dizia em latim), de modo que foi em redor dos acampamentos que a língua nova começou a surgir.

— Que língua nova?

— A portuguesa. Os moradores das terras ocupadas pelos romanos, ou Aborígenes, eram bárbaros incultíssimos, que foram aprendendo o latim lá à moda deles — isto é, estropiadamente, todo errado e com muita mistura de termos e modos de falar locais. Tanto estropiaram o pobre latim, que ele virou um Dialeto ou uma variante do latim puro. Depois os romanos se retiraram, mas o dialeto ficou vivendo a sua vidinha, e foi evoluindo, ou mudando, até tornar-se o que chamamos hoje língua portuguesa.

— Então a língua portuguesa não passa dum dialeto do latim?

— Perfeitamente. E também a língua francesa, a espanhola e a italiana não passam de outros tantos dialetos do mesmo latim (LOBATO, 1994, p. 38).

Dessa forma, o autor questiona a gramática tradicional e seu conceito de acerto e erro. Afinal, como julgar o que é correto ou não em uma língua que começou errando?

No capítulo XVIII, “Gente de fora”, Lobato nos dá uma aula sobre variação linguística e preconceito linguístico, uma outra questão muito debatida hoje em dia.

Uma língua não pára nunca. Evolui sempre, isto é, muda sempre. Há certos gramáticos que querem fazer a língua parar num certo ponto, e acham que é erro dizermos de modo diferente do que diziam os clássicos.

— Que vem a ser clássicos? — perguntou a menina.

— Os entendidos chamaram clássicos aos escritores antigos, como o Padre Antônio Vieira, Frei Luís de Sousa, o Padre Manuel Bernardes e outros. Para os Carrancas, quem não escreve como eles está errado. Mas isso é curteza de vistas. Esses homens foram bons escritores no seu tempo. Se aparecessem agora seriam os primeiros a mudar ou a adotar a língua de hoje, para serem entendidos. A língua variou muito e sobretudo aqui na cidade nova. Inúmeras palavras que na cidade velha querem dizer uma coisa aqui dizem outra. Borracho, por exemplo, quer dizer bêbado; lá quer dizer filhote de pombo.

— Também eles dizem por lá Vatata, Vacalhau, Baca, Vesouro — lembrou Pedrinho.

— Sim, o povo de lá troca muito o V pelo B e vice-versa.
— Nesse caso, aqui nesta cidade se fala mais direito do que na cidade velha — concluiu Narizinho.

— Por quê? Ambas têm o direito de falar como quiserem e, portanto, ambas estão certas. O que sucede é que uma língua sempre que muda de terra, começa a variar muito mais depressa do que se não tivesse mudado. Os costumes são outros, a natureza é outra — as necessidades de expressão tornam-se outras. Tudo junto força a língua que emigra a adaptar-se à sua nova pátria.

A língua desta cidade está ficando um dialeto da língua velha. Com o correr dos séculos é bem capaz de ficar tão diferente da língua velha como esta ficou diferente do latim. Vocês vão ver (LOBATO, 1994, p. 46).

Essa mesma passagem é citada por Bagno (2007, p. 32), o que condiz com seu posicionamento na obra *Preconceito Linguístico – O que é e como se faz*: “ Nenhum dos dois é mais certo ou mais errado, mais feio ou mais bonito: são apenas diferentes um do outro e atendem às necessidades linguísticas das comunidades que os usam, necessidades que também são... diferentes!” (BAGNO, 2007, p. 32).

No capítulo XXVI, “Emília Ataca o Reduto Etimológico”, é feita outra crítica, desta vez em relação à formação ortográfica da língua, no diálogo entre Emília e as Palavras:

— Todas as palavras de origem tupi, como eu, sempre foram escritas assim, com Y. [Palavras]

— Mas os índios tinham linguagem escrita? [Emília]

— Não. Só a tinham falada.

— Nesse caso não há razão nenhuma para vocês andarem fingir-se de gregas usando esse Y (LOBATO, 1994, p. 64-65).

O que nos deixa perguntas como: “Quem decide como se representa uma língua?” e “A letra representa o som emitido na fala? Qual o critério?” No mesmo capítulo, mais à frente, o autor avalia ações positivas e negativas dos gramáticos em relação à língua:

Depois da tremenda revolução ortográfica da Emília, o Brasil ficou envergonhado de estar mais atrasado que uma bonequinha e resolveu aceitar as suas ideias. E o governo e as academias de letras realizaram a reforma ortográfica. Não saiu coisa muito boa, mas serviu. Infelizmente cometeram um grande deslize: resolveram adotar uma porção de acentos absolutamente injustificáveis. Acento em tudo! Palavras que sempre existiram sem acentos e jamais precisaram deles, passaram a enfeitar-se com esses risquinhos (LOBATO, 1994, p. 66).

Essas questões nos levam a contestar a gramática e sua formação ortográfica. Conforme Bagno: “Esta relação entre a língua falada e a língua escrita precisa ser profundamente reexaminada no ensino” (BAGNO, 2006, p. 54). No diálogo entre Pedrinho e Quindim (o rinoceronte gramático), revela-se uma máxima da linguística, no que se refere a quem pertence a língua.

— Mas é obrigatório hoje escrever-se assim, com dez mil acentos — observou Pedrinho.

Quindim não concordou.

— *Est modus in rebus* (Moderação em todas as coisas) — disse ele. — A língua é uma criação popular na qual ninguém manda. Quem a orienta é o uso e só ele. E o uso irá dando cabo de todos esses acentos inúteis (LOBATO, 1994, p. 67).

É a mesma concepção de Saussure, presente no livro *Curso de Linguística Geral*.

A língua é um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos [...] ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social [...] (SAUSSURE, 2006, p. 17).

Considerações finais

A partir desta pesquisa, observou-se que Monteiro Lobato (1882-1948) – com *Emília no País da Gramática*, livro escrito nas primeiras décadas do século XX – já refletia sobre a incompletude da gramática tradicional, por não dar conta dos fenômenos da língua. Além disso, considerava a necessidade de se rever o ensino de gramática na escola, a aceitação do português brasileiro e a atitude profissional frente ao ensino da língua materna.

Trata-se de uma obra modernista, devido à escrita simples, acessível, crítica e original. Mostrando, assim, que tudo pode ser assunto literário: “Entre nós tudo se banhou de literatura, desde o formalismo jurídico até o senso humanitário [...]” (CANDIDO, 1989, p. 180).

Ao considerar esses temas, o autor se colocava no papel que os estudiosos da gramática deveriam cumprir. Dessa forma, é imprescindível registrar as palavras de Bagno, “[...] Monteiro Lobato, que morreu em 1948, estava muito mais por dentro das noções da linguística moderna do que muito autor de gramática que está por aí hoje.” (BAGNO, 2007, p. 33).

Uma obra que desconstrói a ideia de uma gramática pronta, pois, se a língua é produto da sociedade, que está em constante modernização, não há como considerar que as normas são fixas ou sólidas.

Referências

- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. 43. ed. Edições Loyola. São Paulo, 2007.
- BECHARA, Evanildo. **Ensino de gramática. Opressão? Liberdade?** 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 2000.
- CANDIDO, Antonio. Literatura de Dois Gumes. *In*: CANDIDO, Antonio. **Educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. Cap. 3. p. 163-180.
- LOBATO, Monteiro. **Emília no País da Gramática**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LOBATO, Monteiro. **O Poço do Visconde**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1938.
- MIRANDA, Neusa Salim. **A reflexão metalinguística no ensino fundamental**: Caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2006.
- PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**: Ensaios sobre a linguagem. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

Leitura complementar

- LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.